

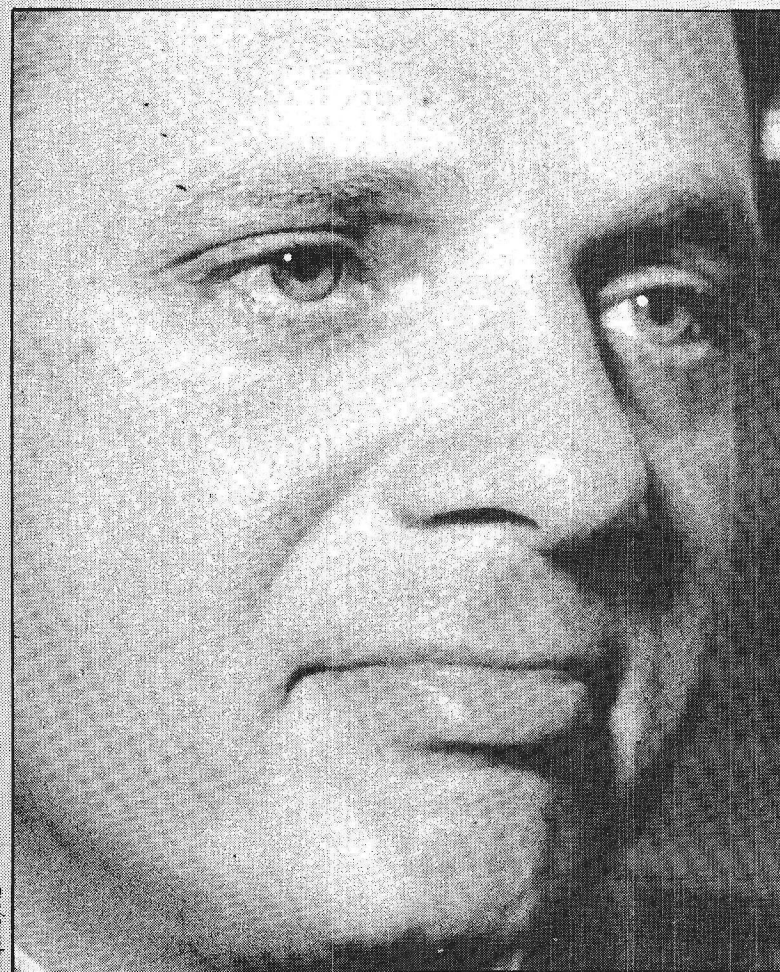
Congresso: pauta extraordinária.

PAUTA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA INCLUI AJUSTE FISCAL, ROLAGEM DE DÍVIDAS E MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS.



Arquivo/AE

Quércla: apoio ao ajuste.



Arquivo/AE

Jereissatti: PSDB unido no parlamentarismo.



Arquivo/AE

Lula: pressão do PT contra concessões.



Arquivo/AE

Maluf: PDS contra o ajuste.



Arquivo/AE

Múcio, do PFL: sem posição definida.

PARTIDOS PMDB apóia o ajuste

Como devem votar os partidos em relação aos principais pontos da pauta extraordinária:

● Ajuste fiscal — O PMDB já disse que apóia o projeto, mas se reserva o direito de fazer mudanças. Os demais partidos ainda não têm uma posição


definida sobre o substitutivo do deputado Benito Gama (PFL-BA), mas o PDS já anunciou que faz restrições. O projeto do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), que substitui o sistema tributário atual por apenas cinco impostos, tem conquistado apoio

● Modernização dos portos — Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto, porém, não conseguiu sair da Comissão de Assuntos Econômico do Senado, onde enfrenta a oposi-

ção dos senadores Mário Covas (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP), Nelson Wedekin (PDT-SC) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que defendem as posições dos portuários.

● Concessão de serviços públicos — Foi aprovado pela Câmara dos Deputados e ainda não foi discutido pelas lideranças do Senado. Há pressões das bancadas do PT e PDT por modificações no texto já aprovado.

● Desapropriação de terras



A força de cada bancada		
Partidos	Na Câmara	No Senado
PFL	94	17
PDS	46	4
PTB	30	8
PRN	27	5
PDC	16	3
PL	18	—
PSC	5	—
PRS	3	—
PSD	1	—
Prona	1	—
PMDB	98	26
PDT	41	5
PSDB	39	9
PT	36	1
PSB	9	1
PC do B 5	—	—
PPS	3	—
PV	1	—
PTR	14	—
PST	9	—
Sem partido	5	2
Vagas abertas	2	—
Total	503	81

para fins de reforma agrária — Negociada na Câmara, a lei foi alterada pelo Senado. A bancada ruralista, que nunca perdeu uma votação na Câmara, retirou as emendas incluídas no texto pelos senadores. Os deputados Ronaldo Caiado (PFL-GO) e Fábio Meirelles (PDS-SP) articulam contra a matéria.

● Plebiscito — A adoção do parlamentarismo divide os partidos com exceção do PSD. A antecipação da consulta popular é também polêmica.



Com a missão de votar 15 projetos prioritários e o Orçamento Geral da União de 1993, os deputados e senadores retomam hoje o trabalho com previsão de recesso apenas a partir de 10 de fevereiro. Durante a convocação extraordinária, feita pelo presidente Itamar Franco, o Congresso deverá ainda incluir outros projetos na pauta de votação, dependendo das negociações entre os partidos. O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), e o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), deverão se reunir amanhã para determinar a pauta completa da convocação extraordinária.

Ainda amanhã, os líderes partidários pretendem começar a discutir as modificações ao projeto de ajuste fiscal, considerado prioritário pelo governo. Junto com a reforma fiscal, os deputados e senadores terão de definir as novas regras para o refinanciamento da dívida dos Estados e Municípios com a União. O projeto de modernização dos portos aguarda sua segunda e última votação na Câmara, depois de ter sido modificado pelo Senado.

Volta também à pauta do Congresso questões que dividem os partidos: a regulamentação da desapropriação de terras para efeito de reforma agrária, a isonomia salarial e as novas regras para a privatização. Os projetos de lei que regulamentam as novas funções da Advocacia-Geral da União e do Ministério Público Federal.

Além da proposta de ajuste fiscal, veja abaixo quais são os 15 projetos que o governo deseja ver votados:

- Modernização dos portos.
- Licitações públicas.
- Concessão dos serviços públicos à iniciativa privada.
- Regulamentação da realização do plebiscito.
- Desapropriação de terras para reforma agrária.
- Isonomia salarial dos funcionários públicos.
- Tarifas do serviço público de energia.
- Substituto processual na Justiça do Trabalho.
- Composição do Conselho de Informática e Automoção (Conin).
- Comissão de desestatização.
- Parcelamento dos débitos dos clubes de futebol com a Previdência Social.
- Lei orgânica da Advocacia-Geral da União.
- Estatuto do Ministério Público.
- Revisão do Código Penal.
- Reescalonamento da dívida dos Estados e Municípios com a União.

Mara Bergamaschi e Vanda Célio/AE